

A volta do crescimento

CORREIO BRAZILIENSE

14 JUN 1996

Já são bastante claros os sinais de que a economia reage à depressão para lançar-se a um novo período de prosperidade. É o que se pode deduzir das projeções agora divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os indicadores mais importantes revelados pelo órgão, figura a redução das taxas negativas de crescimento industrial no maior centro produtor do país, São Paulo. A queda correspondente a menos 8,1% no parque industrial paulista, observada entre março de 1995 e o mesmo mês de 1996, cede a um desempenho de apenas menos 2,5%.

Já no Paraná, em Santa Catarina, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e na Bahia houve crescimento real na produção do parque fabril em níveis bem significativos, no período considerado. A expansão econômica no setor, liderada pelo Paraná com 10,3%, alcançou nos estados mencionados média de 4,4%. Em comparação ao surto recessivo consequente ao lançamento do Plano Real, inevitável para, em primeira etapa, consolidar a estabilidade da moeda, o desempenho anotado pelo IBGE significa que a economia se ergue do fundo do poço.

Um outro indicador com implicação positiva sobre o panorama econômico refere-se ao mercado de trabalho. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho registra a reabertura de 57.927 empregos em abril

passado. A reação é digna de nota por ocorrer após nove meses consecutivos de queda na oferta de postos de trabalho. Há outros sintomas de igual importância para aferir a mudança, como, por exemplo, o aumento real médio de 28,5% no rendimento das pessoas em atividades, considerados os mercados formal e informal.

As transformações no perfil produtivo dos diversos segmentos econômicos apontam na direção de uma nova política monetária, capaz de gerar estímulos consistentes ao alargamento das faixas operacionais das empresas e a investimentos novos. A melhoria da conjuntura, que estava, desde julho do ano passado, envolvida em clima de exasperante pessimismo, resulta, em parte considerável, da queda das taxas de juros, embora ainda em níveis tímidos.

Como se sabe, ao abrir-se sobre a grave realidade brasileira de então, o Plano Real fixou as taxas de juros em 4,26% ao mês, algo em torno de 80% ao ano. No mês em curso, caíram para 2%. Ainda é uma remuneração insuportável, aliada, sem dúvida, dos impulsos estruturais da recessão. E como o Brasil precisa crescer para atender às necessidades decorrentes do crescimento demográfico, que acrescenta três milhões de pessoas anualmente à população, e às pressões do mercado de trabalho, urge retirar os gravames financeiros sobre os investimentos, o principal dos quais as elevadas taxas de juros.